PSA DO CÓRREGO QUEIMA-PÉ

Município paga R$ 22 mil para produtores por serviços ambientais

Produtores são reconhecidos por ações de recuperação e proteção

FABÍOLA TORMES / Redação DS

No total, 13 produtores receberam os pagamentos

O prefeito de Tangará da Serra, Vander Masson, e o diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae), Marcos Scolari, realizaram nesta segunda-feira, dia 22 de maio, ato simbólico de entrega de cheques a produtores, proprietários de chácaras, sítios e fazendas localizados às margens do Córrego Queima-Pé, em reconhecimento pela contribuição de cada um deles na recuperação e conservação do rio que abastece Tangará da Serra.

No total, 13 produtores receberam os pagamentos que fazem parte do Programa 'Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do Córrego Queima-Pé', criado em 2014 e que conta com a adesão de cerca de 40 proprietários de terras da região.

Neste ato, o segundo pagamento realizado pela atual gestão, foram pagos R$ 22.349,57 referentes aos serviços ambientais realizados em 2022, valores entre R$ 636 a R$ 10.388, de acordo com a extensão das terras e da área que foi recuperada por cada produtor.

"Ao longo do tempo [desde 2014] fomos tendo a adesão dos produtores e completamos agora com todos eles. (…) Então, esse programa é fundamental para que possamos recuperar toda essa bacia do Queima-Pé e assim possibilitar que hoje essa bacia possa ter um aumento de água, porque precisamos que seja aumentada", destaca o prefeito, ao agradecer o empenho de todos os produtores, assim como da gestão anterior que deu o ponta pé inicial deste importante programa.

Entre os beneficiários, o produtor Antônio Beitum, do Sítio Boa Esperança, que recebeu R$ 923,19, referentes aos trabalhos realizados em 2022. Contudo, sua preocupação com o Queima-Pé é antiga, sendo ele, inclusive, o primeiro produtor a aderir ao programa. "Comecei o reflorestamento em 2008 e o projeto começou em 2014. Então a minha parte já estava toda reflorestada. Fizemos aquilo não pensando em ganhar dinheiro, mas pelo bem ao meio ambiente", relembra.

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um importante mecanismo para estimular a manutenção, recuperação ou melhoria dos ecossistemas em todo o território, trazendo benefícios como a preservação do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado, a regulação do clima e a redução do desmatamento e da degradação florestal.

Agora, com 100% dos produtores da bacia do Queima-Pé no programa, o Município se prepara para iniciar o programa de recuperação do Córrego Ararão. "O Queima-Pé nos alimenta com água e o Ararão recebe todo o esgoto de Tangará e precisamos também recuperar toda a sua bacia. Por isso estamos lançando esse ano o Projeto do Ararão para poder melhorar as questões hídricas de água do Rio Ararão, para ser um corpo receptivo maior e assim poder receber a maior parte da demanda de esgoto [tratado] de Tangará da Serra", acrescenta o chefe do Poder Executivo Municipal.

Participaram ainda do ato o vereador Professor Sebastian Ramos, o secretário Municipal de Indústria, Comércio e Serviços, Silvio Sommavilla, entre outros servidores.

MEIO AMBIENTE

Governo anuncia investimento de R$ 77,4 milhões contra desmatamento ilegal

Sema - MT

O governador Mauro Mendes anunciou nesta segunda-feira, 22, investimento de R$ 77,4 milhões para combate aos incêndios e desmatamento ilegal em 2023. O recurso teve um aumento de 29% em comparação com o investimento de R$ 60 milhões do ano passado e representa o aumento das ações do Governo de MT para conservar o meio ambiente. O anúncio aconteceu durante a entrega de 110 novos veículos para o Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Militar.

"Já temos R$ 77 milhões sendo investidos só no combate ao desmatamento ilegal e incêndios. Isso é o exemplo da nossa determinação, mas percebemos que o crime dá prejuízo à sociedade. Por isso, tenho defendido muito o endurecimento das penalidades para quem desmatar ilegalmente", destacou o governador.

As viaturas serão essenciais para a corporação atuar no combate às queimadas durante o período crítico de estiagem, em situações de emergência ambiental. O uso do fogo está proibido em Mato Grosso entre os dias 1º de junho e 31 de outubro.